

Mariana Vitória de Bourbon

A rainha discreta

RAINHAS DE PORTUGAL

Coordenação:

**Ana Maria S. A. Rodrigues · Isabel dos Guimarães Sá
Manuela Santos Silva**

Mariana Vitória de Bourbon

A rainha discreta

PAULO DRUMOND BRAGA

Para a Isabel

«O tempo nos aproxima
cada vez mais, nos reduz
a um só verso e uma rima
de mãos e olhos, na luz.

[...]

E nosso amor, que brotou
do tempo, não tem idade,
pois só quem ama escutou
o apelo da eternidade.»

(Carlos Drummond de Andrade, *Obras*,
vol. 5, Mem-Martins, Europa-América,
1989, p. 42)

Sumário

Palavras prévias	11
Introdução	13
PARTE I — UMA RAINHA NA HISTORIOGRAFIA	15
PARTE II — UMA VIDA DE QUASE SESSENTA E TRÊS ANOS	19
Capítulo 1. De Espanha a Portugal, passando pela França (1718-1750)	21
1.1. A primeira filha de Filipe V e de Isabel Farnesio	21
1.2. Nascer em Madrid	26
1.3. «Sois rainha de França»	28
1.4. A hora da desilusão	37
1.5. A hipótese portuguesa	44
1.6. A troca de princesas no Caia	53
1.7. A consumação do casamento	60
1.8. Uma relação conjugal	65
1.9. Mariana Vitória e os sogros	72
1.10. A restante família portuguesa	78
1.11. O nascimento das filhas	83
1.11.1. A obrigação de dar à luz	83
1.11.2. A primeira filha	85
1.11.3. A segunda filha	87
1.11.4. A terceira filha	91
1.11.5. Novos abortos	92
1.11.6. A quarta filha	96
1.11.7. Engravidar de novo?	100

1.11.8. Ser mãe	102
1.12. Entre fogos cruzados	107
1.13. Os (escassos) interesses políticos da princesa do Brasil	117
Capítulo 2. Rainha consorte de Portugal (1750-1777)	123
2.1. A chegada ao trono	123
2.2. A casa da rainha	128
2.3. Património e rendas	134
2.4. O dia em que a terra tremeu	136
2.5. Tiros sobre o rei	139
2.6. É chegada a hora de Mariana Vitória governar	142
2.7. Uma rainha pouco interventiva na política	144
2.8. O casamento da filha primogénita	148
2.9. O nascimento dos netos	165
2.10. Entre Portugal e Espanha	173
2.11. A difícil tarefa de casar as filhas mais novas	183
2.12. Uma rainha e os negócios de Roma	196
2.13. A hora de defender os direitos da filha?	200
2.14. Governar pela segunda vez	204
Capítulo 3. Os anos do fim (1777-1781)	212
3.1. Tempos de Viradeira	212
3.2. O regresso às origens: a viagem a Espanha	216
3.2.1. Problemas fronteiriços na América do Sul	216
3.2.2. O desejo de poder ser útil	219
3.2.3. Mariana Vitória em Espanha	222
3.2.4. As negociações para o Tratado do Pardo	233
3.2.5. A hora de regressar a Portugal	235
3.3. «Oh dia funesto! Oh momento terrível!»	238
3.4. A derradeira morada	242
3.5. As últimas vontades de uma rainha	244
PARTE III. NOTAS PARA UM RETRATO DE MARIANA VITÓRIA	247
Capítulo 1. Da beleza à decadência	249
Capítulo 2. A saúde e a doença	251
Capítulo 3. Traços da personalidade	266
Capítulo 4. Formas de devoção	268

SUMÁRIO

Capítulo 5. Atos de caridade	276
Capítulo 6. A cultura de uma rainha	278
Capítulo 7. Gostos e divertimentos	282
7.1. O vestuário	282
7.2. As joias	285
7.3. A mesa	288
7.4. A hora do lazer	291
7.4.1. Música	291
7.4.2. Caça	295
7.4.3. Equitação	302
7.4.4. Jogos	304
7.4.5. Touradas	305
7.4.6. Pesca	306
7.4.7. Outros divertimentos	307
Epílogo	311
ANEXOS	317
Cronologia	319
Genealogias	327
Fontes e bibliografia	333
Índice remissivo	357

Palavras prévias

Este livro tem uma breve história. Tendo sido coautor de um dos primeiros volumes publicados na coleção Rainhas de Portugal — o manuscrito foi entregue nos finais de 2008 e viu a luz do dia em agosto de 2011 —, estava longe de imaginar que, anos volvidos, me viria a ser solicitada a biografia de uma outra consorte régia. Entendi, quando a proposta me foi feita, que, pese embora alguns senãos que a mesma acarretava, não podia deixar de responder afirmativamente.

Agradeço a todos aqueles que, de formas muito diversas, ajudaram a tornar possível a existência deste livro: Ana Cristina Duarte Pereira, Guilhermina Gomes, Jorge Garcia, Margarida Cerqueira, Maria Antónia Lopes, Paulo Tremoceiro e Ricardo Pessa de Oliveira.

Acima de todos, permita-se-me referir a Isabel, que aceitou uma conviência forçada com Mariana Vitória e disponibilizou-se a demandar, como fizera em tempos idos, arquivos e bibliotecas de Espanha, levando a cabo pesquisas que deveria ter sido eu a fazer. Se este livro tem algo de positivo, a ela se deve.

Lisboa, maio de 2014

Introdução

D. Mariana Vitória de Bourbon (Madrid, 31 de março de 1718-Lisboa, 15 de janeiro de 1781), mulher de D. José I (1714-1777), rei de Portugal, era filha de Filipe V (1683-1746), rei de Espanha, o primeiro da dinastia de Bourbon, e de sua segunda mulher, Isabel Farnesio (1692-1766).

Por parte do pai, corria-lhe nas veias sangue do ramo ibérico da casa de Habsburgo (descendia de Filipe IV de Espanha), da casa real francesa (Luís XIV era seu bisavô) e das casas ducais de Baviera e de Saboia. A mãe, oriunda do ducado de Parma — descendendo, por isso, quer do papa Paulo III quer de D. Manuel I de Portugal — tinha como antepassados os Médicis de Florença. Acrescente-se ainda que D. Mariana Vitória tinha um bisavô comum a seu marido, Filipe Guilherme de Neubourg, eleitor imperial.

Teve como irmãos três reis de Espanha, Luís I (1702-1724), Fernando VI (1713-1759) e Carlos III (1716-1788), além de um duque soberano de Parma, Filipe (1720-1765), uma delfina de França, Maria Teresa (1726-1746), um arcebispo de Toledo e de Sevilha, mais tarde conde de Chinchón, Luís (1727-1785), e uma rainha consorte da Sardenha, Maria Antónia (1729-1785).

De 1722 a 1725, portanto, dos 4 aos 7 anos, viveu na corte de Versalhes, pois a sua mão esteve prometida a Luís XV (1710-1774), rei de França. Foi devolvida aos pais quando os políticos franceses entenderam prioritário que o monarca despossasse alguém em idade de procriar.

A 27 de dezembro de 1727, casou, em Madrid, com o príncipe do Brasil, título então usado pelos herdeiros da Coroa portuguesa. D. Mariana Vitória estava próxima dos 11 anos de idade. Foi entregue à família de seu marido a 19 de janeiro de 1729. O casamento foi consumado em 1732, no dia em que atingiu os 14 anos.

O casal teve quatro filhas, D. Maria I (1734-1816), D. Maria Ana Francisca Josefa (1736-1813), D. Maria Francisca Doroteia (1739-1771) e D. Maria Francisca Benedita (1746-1829). D. Mariana Vitória esteve grávida pelo menos mais seis vezes, mas abortou sempre (1733, 1741, 1742, 1743, 1744 e 1752). Como seria de esperar, desejou dar à luz um varão.

Foi, sucessivamente, princesa do Brasil (1727-1750), rainha consorte de Portugal (1750-1777) e, finalmente, rainha mãe (1777-1781). Por vontade de D. José I, e no impedimento deste, exerceu por duas vezes o governo do reino (de 7 de setembro a 12 de dezembro de 1758 e de 29 de novembro de 1776 a 14 de fevereiro de 1777).

No final da vida (outubro de 1777-novembro de 1778), efetuou uma viagem a Espanha, ajudando a pacificar as duas monarquias ibéricas. Aproveitou, ao mesmo tempo, para rever o amado irmão Carlos III e a restante família espanhola.

PARTE I

UMA RAINHA NA HISTORIOGRAFIA

«Todos os testemunhos concordam em relação às suas grandes qualidades privadas e à sua paixão pela música. Todos consideram igualmente que ela não desempenhou qualquer papel político e que levou uma vida assaz retirada, consagrada às outras artes e ao amor pelas suas três [sic] filhas.»
(Jean-François Labourdette, 2000)¹

D Mariana Vitória de Bourbon surgiu nos autores do século XIX como uma figura pouco ou nada relevante. Por exemplo, na obra clássica de Fonseca Benevides sobre as rainhas de Portugal (1879), podemos ler: «Era a rainha D. Mariana Vitória muito formosa, inteligente e amadora da leitura e da música, que cultivava com esmero. Graciosa e elegante, fazia realçar a sua graça nas danças da corte.»² Até em autores já do século XX, como Fortunato de Almeida (1926), o papel de D. Mariana Vitória parece reduzir-se ao lúdico: «Era muito apaixonada pela leitura, pela música e pela caça, tanto a pé como a cavalo.»³

O panorama começou a mudar nos anos 30, com Caetano Beirão, inicialmente na biografia de D. Maria I, datada de 1934, onde revelou informações do maior interesse⁴, depois, dois anos volvidos, quando publicou parte das cartas — um total de 258 — que, entre 1721 e 1748, D. Mariana Vitória enviou à mãe, Isabel Farnesio, e a outras pessoas de família. Além de fornecer aos estudiosos material de primeira água para o estudo da figura da mulher de D. José I, foi mais longe, apresentando, numa longa introdução ao volume, numerosos elementos para a biografia da mesma⁵.

¹ LABOURDETTE, 2008, p. 515.

² BENEVIDES, 1879, p. 171. Num outro trabalho, de mérito muito inferior, sobre rainhas, MONTEIRO, 1893, pp. 135-145, o autor consegue a proeza de dedicar 10 páginas a D. Mariana Vitória sem propriamente se lhe referir.

³ ALMEIDA, 1926, p. 425.

⁴ BEIRÃO, 1944.

⁵ BEIRÃO, 1936.

Entretanto, aspetos diversos da figura de D. Mariana Vitória foram merecendo as atenções de autores como Ângelo Ribeiro (1934)¹, Félix de Llanos y Torriglia (1946)², Manuel Estevéns (1948)³ e Raquel Piloto (1961)⁴, que, contudo, estiveram muito longe de uma preocupação biográfica.

Nos anos 60 e 70, a rainha esteve, obviamente, presente, em entradas biográficas de dicionários e enciclopédias, nem sempre com base na bibliografia mais atualizada⁵ ou com as interpretações mais corretas⁶.

Em 1982, foi referida de forma inovadora por Joaquim Veríssimo Serrão: «Deveria pôr-se mais em destaque o papel de D. Mariana Vitória junto do monarca. A ligação deste com a marquesa de Távora não poupou a rainha ao escândalo. Desde então, quis afastar o consorte dos encargos do Governo, puxando-o cada vez mais para os encantos da vida cortesã. Este facto ajuda a compreender o valimento obtido por Pombal.»⁷ Estando longe de ser uma interpretação aceitável, não pode deixar de se lhe notar o esforço de valorizar o papel da consorte régia.

Numa *História de Portugal* originariamente publicada em francês, pode ler-se, a respeito de D. Mariana Vitória: «Todos os testemunhos concordam em relação às suas grandes qualidades privadas e à sua paixão pela música. Todos consideram igualmente que ela não desempenhou qualquer papel político e que levou uma vida assaz retirada, consagrada às outras artes e ao amor pelas suas três [*sic*] filhas.» Alude-se depois à «grande afeição à família de Espanha», ao seu «apagamento» e à «hostilidade que nutria por Pombal»⁸.

Nos derradeiros anos do século xx e nos primeiros da presente centúria, a figura tem suscitado o interesse pontual de Teresa Sequeira Santos (1996)⁹, Maria de Lourdes Calvão Borges (1998)¹⁰, Raquel Bello Vázquez (2005)¹¹, Elisabet Hass (2008)¹² e Vanda Anastácio (2012)¹³.

¹ RIBEIRO, 1934, pp. 259, 256 e 263-264.

² LLANOS Y TORRIGLIA, 1946.

³ ESTEVÉNS, 1948.

⁴ PILOTO, 1961.

⁵ SILVA, 1981.

⁶ MAURÍCIO, 1971a.

⁷ SERRÃO, 1982, pp. 79-80.

⁸ LABOURDETTE, 2008, p. 515.

⁹ SANTOS, 1996.

¹⁰ BORGES, 1998.

¹¹ BELLO VÁZQUEZ, 2005, pp. 155-156.

¹² HASS, 2008.

¹³ ANASTÁCIO, 2012.

PARTE II

UMA VIDA DE QUASE SESSENTA E TRÊS ANOS

Capítulo 1

De Espanha a Portugal, passando pela França (1718-1750)

1.1. A primeira filha de Filipe V e de Isabel Farnesio

«Formoso como o primeiro Filipe, mas mais varonil: prudente como o segundo, mas mais humano; piedoso como o terceiro, mas mais entendido; grande como o quarto, mas mais feliz.»

(Josef de Viera y Clavijo, 1779, referindo-se a Filipe V)¹

«É uma rainha muito homem.»

(Francisco Benegasi, 1766?, referindo-se a Isabel Farnesio)²

Aquele que, em novembro de 1700, se tornou rei de Espanha com o nome Filipe V, nascera em Versalhes, a 19 de dezembro de 1683. Era filho de Luís (1661-1711), o grande delfim, e de Maria Ana Cristina Vitória da Baviera (1660-1690), conhecida na corte gaulesa como «delfina Vitória», e neto de Luís XIV (1638-1715), rei de França, e de sua mulher, Maria Teresa (1638-1683). Por via desta última, descendia de Filipe IV (1605-1665), e foi essa particularidade que lhe veio a abrir as portas do trono de Espanha³.

De facto, Carlos II (1661-1700), casado duas vezes mas sem filhos, legou-lhe a sua monarquia em testamento, procurando assim evitar que outras

¹ *De los Elogios a Felipe V*, p. 85.

² VÁZQUEZ GESTAL, 2013, p. 169.

³ Sobre Filipe V, cf. KAMEN, 2000; GARCÍA CÁRCEL, 2002; VÁZQUEZ GESTAL, 2013.

potências europeias dividissem a Espanha entre si. Filipe V entrou no seu novo reino em fevereiro de 1701, desposando, a 11 de setembro seguinte, Maria Luísa de Saboia (1688-1714). O casal teve quatro filhos, os futuros reis Luís I (1702-1724) e Fernando VI (1713-1759) e dois infantes que não chegaram à idade adulta, Filipe Luís (nascido a 2 de julho de 1709 e falecido a 9 do mesmo mês) e Filipe Pedro (1712-1719).

Como a subida de Filipe V ao trono de Espanha equivalia a um fortalecimento da França, várias potências europeias, a Inglaterra, o Sacro Império, a Holanda e outras, coligadas na Grande Aliança da Haia, defenderam uma opção alternativa — o arquiduque Carlos (1685-1740), filho do imperador Leopoldo I (1640-1705) e bisneto, por via materna, de Filipe III¹ —, o que levou à eclosão da chamada Guerra da Sucessão de Espanha, que durou de maio de 1702 a agosto de 1712.

Recorde-se que Portugal interveio neste conflito. Embora inicialmente se tivesse inclinado para o lado da França, D. Pedro II aliou-se, em maio de 1703, à Grande Aliança da Haia. Além de reivindicações a territórios espanhóis quer na Península Ibérica (Badajoz, Albuquerque, Valencia, Alcántara, Tui, Guardia, Baiona e Vigo) quer na América (a colónia do Sacramento), Portugal apostava na salvaguarda do comércio de vinho com a Inglaterra e de sal com a Holanda, o primeiro cada vez mais importante. Não nos esqueçamos que, nesse mesmo mês de maio, tinha sido assinado o celeberrimo Tratado de Methuen².

A 30 de abril de 1704, Filipe V declarou guerra a Portugal, onde entrou a 7 de maio, conquistando várias localidades da Beira Baixa e do Alto Alentejo, mas acabando por retirar, cercado pelas tropas do marquês de Minas e do conde das Galveias. Entretanto, são de registar alguns triunfos militares portugueses, como a entrada em Madrid, em junho de 1706, do marquês de Minas. Mas Filipe V voltou a atacar Portugal, salientando-se a este respeito as derrotas lusas do Caia (maio de 1709) e de Vila Viçosa (dezembro de 1710), a par com a resistência de Campo Maior (setembro-outubro de 1712).

Entretanto, a batalha de Almanza (25 de abril de 1707) significou uma vitória dos partidários do bloco borbónico. Após uma primeira tentativa diligenciada em 1709, a paz começou a ser negociada em 1711. O grande motivo

¹ Sobre o arquiduque Carlos, cf. LEÓN SANZ, 1993; LEÓN SANZ, 2003.

² Sobre a participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha (e limito-me a citar os títulos mais recentes) veja-se MACEDO, 2006, pp. 258-263; BORGES, 2000, pp. 81-139; MENESES, 2001, pp. 174-185; COSTA, 2003; CLUNY, 2006; MONTEIRO, 2003; MONTEIRO, 2004a; Paulo Drumond BRAGA, 2006a, pp. 196-203; FARIA, 2013.

foi a morte do imperador José I, a 17 de abril desse ano, e a sua substituição pelo irmão mais novo, precisamente o pretendente à Coroa hispânica, agora imperador Carlos VI. Ver unir na mesma pessoa, como nos tempos quinhentistas de Carlos V, o Sacro Império à Espanha, era mais indesejável do que a aproximação desta última à França. Assim, em agosto de 1712, Londres e Paris cessaram as hostilidades. Os dois tratados de Utreque (11 de abril e 10 de julho de 1713) e o de Rastadt (6 de maio de 1714) marcaram o fim do conflito.

Filipe V, que deixou de ter embaraços à sua realza, governou a Espanha durante quase meio século. Criou as secretarias de Estado e as intendências, impôs a Aragão — que, durante a guerra, preferira o arquiduque Carlos — o modelo jurídico, político e administrativo de Castela, levou a cabo uma política mercantilista, fomentou o desenvolvimento cultural e modernizou o exército. Em muitas destas medidas seguiu o modelo francês, mas refira-se que não o fez cegamente, antes procurou manter alguma continuidade com a extinta dinastia dos Habsburgos.

Envolveu a Espanha em diversos conflitos bélicos — Guerra da Quádrupla Aliança (1718-1720); tentativa de reaver Gibraltar (1727-1729); Guerra da Orelha de Jenkins ou do Asiento (1739-1748); Guerras da Sucessão da Polónia (1733-1738) e da Áustria (1740-1748)¹ —, achando-se, na maior parte das vezes, ao lado da França, mas não deixando de tentar uma aproximação ao Sacro Império, com quem firmou os três tratados de Viena (1725). Também se preocupou que os seus filhos Carlos e Filipe fossem providos em territórios italianos outrora pertencentes a Espanha ou à família de Isabel Farnesio, sua segunda mulher, o que acabou por conseguir.

Por outro lado, no plano pessoal, cedo manifestou alguma timidez e indecisão no papel de rei, fruto talvez de uma falta de confiança em si próprio. Necessitava de forma premente e permanente de alguém com quem partilhar as responsabilidades da governação. Daí o papel desempenhado por figuras fortes e decididas, como as suas sucessivas mulheres — Maria Luísa Gabriela de Saboia, de 1701 a 1714, e Isabel Farnesio, de 1714 a 1746 — os embaixadores de França em Madrid e alguns validos, o marquês de Louville, a princesa Orsini — conhecida em Espanha como «de los Ursinos» —, Giulio Alberoni, José de Grimaldo e José Patiño.

De 1701 em diante notam-se-lhe sinais de depressão, em que várias vezes mergulhou durante o quase meio século que ainda lhe restou de vida. Deve ter-se tratado de doença bipolar². Entretanto, reveses políticos diversos e a

¹ Sobre a utilização do termo «Áustria» na época, cf. KLINGENSTEIN, 1997.

² KAMEN, 2000, pp. 135-136; GARGANTILLA MADERA, 2007, pp. 58-60.

perda de alguns familiares próximos, quer em Espanha quer em França¹, levaram-no a preocupar-se, de forma quase obsessiva, com a salvação da sua alma. Abdicou no primogénito, Luís, a 10 de janeiro de 1724 — a decisão fora tomada quatro anos antes, em conjunto com Isabel Farnesio — e remeteu-se a uma vida que pretendia simples na Granja de Santo Ildefonso, onde mandara erguer um palácio.

Contudo, a morte súbita de Luís I, provavelmente vitimado pela varíola², a 31 de agosto, ao fim de apenas sete meses e meio de reinado, levou Filipe V de volta ao trono, a 6 de setembro. Fê-lo muito a contragosto, pressionado por diversos lados, a começar pela mulher — que apenas aceitara a abdicação forçada por lealdade ao marido, mas que preferia obviamente o regresso de ambos ao poder — e depois de ouvidos pareceres de teólogos e do próprio papa.

Ainda viveu mais duas décadas, tendo voltado a pensar na abdicação (1728). De 1729 a 1733 — precisamente depois do casamento de sua filha Mariana Vitória — esteve com toda a sua corte em Sevilha, visitando várias outras localidades da Andaluzia. De regresso a Madrid, tendeu a refugiar-se cada vez mais em Santo Ildefonso. Oscilando sempre entre períodos de euforia e fases de depressão, como é típico dos doentes bipolares, Filipe V morreu aos 62 anos, vitimado por um acidente vascular cerebral³, a 9 de julho de 1746.

É tempo de falar de Isabel Farnesio, a mãe de Mariana Vitória. Morta que fora a sua primeira mulher, Maria Luísa Gabriela de Saboia, a 14 de fevereiro de 1714, vitimada por tuberculose ganglionar, Filipe V passou a segundas núpcias, ainda nesse mesmo ano, a 16 de setembro. A escolhida foi Elisabetta Farnese, ou Isabel Farnesio, como é conhecida no espaço ibérico⁴. Filha de Eduardo Farnese e de Doroteia Sofia de Neuburgo, chegou ao seu novo reino em novembro de 1714, tendo-se avistado, no decurso da viagem, com uma tia materna, Maria Ana de Neuburgo, viúva do antigo rei Carlos II, que a terá instruído sobre a melhor forma de agir como nova rainha de Espanha⁵.

¹ Recorde-se que Filipe V perdeu, sucessivamente, o filho Filipe (1709), o pai (1711), o irmão Luís (1712), a cunhada Maria Adelaide de Saboia (1712), a primeira mulher (1714), o irmão Carlos (1714) e o avô Luís XIV (1715). Como seria de esperar, Espanha assinalou condignamente estas mortes. Cf. LEÓN PÉREZ, 2010.

² GARGANTILLA MADERA, 2007, p. 75.

³ GARGANTILLA MADERA, 2007, p. 60.

⁴ Ver, sobre esta figura, PEREZ SAMPER, 2003; VÁZQUEZ GESTAL, 2013.

⁵ Curiosamente, Luís XIV avisara Filipe V, quando este se tornou rei de Espanha, para ter os maiores cuidados com a viúva de Carlos II, mantendo-a dentro do reino mas fora da corte, impedindo que interferisse em qualquer assunto e suspeitando de todos os que dela se aproximassem. Cf. Luís XIV, *Mémoires*, pp. 283-285.

Em treze anos, Filipe V e Isabel Farnesio geraram sete filhos: Carlos III (1716-1788), rei das Duas Sicílias e depois de Espanha; Francisco (nascido a 22 de março de 1717 e falecido um mês depois); Mariana Vitória; Filipe I, duque de Parma (1720-1765); Maria Teresa (1726-1746), delfina de França, mulher de um filho e homónimo de Luís XV que nunca chegou a reinar; Luís, arcebispo de Toledo e de Sevilha e, mais tarde, depois de deixar a condição eclesial, conde de Chinchón (1727-1785); e Maria Antónia (1729-1785), rainha da Sardenha pelo seu casamento com Amadeu III de Saboia.

Vivaz, inteligente, decidida, extrovertida — dir-se-ia que era a antítese de Filipe V —, muito culta, Isabel Farnesio não foi, contudo, a figura que durante muito tempo se julgou. Tem sido mostrado recentemente que se exorbitou o seu papel. Primeiro, durante o tempo em que foi rainha consorte, alguns validos influenciaram Filipe V e Isabel Farnesio nem sempre conseguiu impor a sua vontade ao marido. Por outro lado, a política externa de Espanha foi conduzida e inspirada pelo rei e não pela rainha ou qualquer ministro, sendo a apetência espanhola por territórios italianos anterior ao segundo casamento de Filipe V. Este, de facto, nunca se conformara com a perda de Nápoles, da Sicília, de Milão, da Sardenha e de alguns territórios toscanos. Assim sendo, o segundo enlace foi, como lembrou Henry Kamen, uma consequência e não uma causa dessa política¹.

Pablo Vázquez Gestal defendeu que Isabel Farnesio reconfigurou os direitos e os deveres da consorte régia², tendo inovado em três domínios: aumento das responsabilidades políticas da rainha; monopolização do espaço e do tempo do rei — foi o verdadeiro garante da estabilidade emocional de Filipe V —; e domínio da sua própria casa — composta por espanhóis, italianos (que nem sequer eram maioritários) e franceses³.

Nunca se furtou, no foro privado, a exteriorizar as suas emoções, quer como esposa quer como mãe, e uma das suas imagens de marca tem precisamente que ver com o zelo maternal, que está muito presente nas cartas enviadas aos filhos que se achavam distantes — Mariana Vitória, mas também

¹ KAMEN, 2000, p. 123. De facto, recorde-se que Isabel Farnesio herdara direitos dinásticos aos ducados de Parma e Placência e ao grão-ducado da Toscana.

² VÁZQUEZ GESTAL, 2013, p. 250.

³ VÁZQUEZ GESTAL, 2013, pp. 205-224. Este historiador recordou a faceta interventiva de outras rainhas posteriores, como Maria Bárbara e Maria Luísa de Parma e alertou para que a mulher de Carlos III, Maria Amália de Saxe, que morreu sem poder exercer o seu papel de consorte régia em Espanha, não teria decerto sido diferente. Cf. VÁZQUEZ GESTAL, 2013, p. 324.

Carlos, Filipe, Maria Teresa e Maria Antónia —, sendo documentos repletos de afeto e de ternura. Ainda que respeitoso, o tom das missivas é distendido e afetuoso, entrecortado até com brincadeiras¹.

Se, evidentemente, preferia os seus próprios filhos, Isabel Farnesio nunca deixou de amar Luís I. Pelo contrário, relacionou-se mal com Fernando VI, o imediato sucessor de seu marido na Coroa de Espanha.

1.2. Nascer em Madrid

«Quinta, 31 de março, às oito e sete minutos da manhã, deu à luz a rainha nossa senhora, com grande felicidade, uma belíssima infanta, tendo sentido Sua Majestade as primeiras dores pouco mais de uma hora antes.»
(*Gaceta de Madrid*, 5 de abril de 1718)²

Mariana Vitória nasceu em Madrid, provavelmente no Real Alcázar, a 31 de março de 1718. A *Gaceta de Madrid* noticiava, a 5 de abril: «quinta, 31 de março, às oito e sete minutos da manhã, deu à luz a rainha nossa senhora, com grande felicidade, uma belíssima infanta, tendo sentido Sua Majestade as primeiras dores pouco mais de uma hora antes». Mãe e filha ficaram bem. O patriarca das Índias Ocidentais, Carlos de Borja y Centellas, rapidamente lhe ministrou o batismo. Filipe V foi, com o príncipe das Astúrias, Luís, ao santuário da Atocha, dar graças pelo nascimento da filha. Houve três noites de luminárias e ocorreram várias outras manifestações de regozijo³. À infanta foi dado um nome que remetia para a avó paterna, Maria Ana Cristina Vitória da Baviera, conhecida na corte francesa como «delfina Vitória».

A 6 de maio, quarenta dias depois do parto, Filipe V, Isabel Farnesio, o príncipe e os infantes deslocaram-se de novo ao santuário da Atocha, dando graças pelo nascimento de mais um membro da família. Nessa noite, houve no palácio fogos de artifício, acompanhados de máscaras, que se repetiram pelos dias seguintes⁴.

¹ VÁZQUEZ GESTAL, 2013, pp. 243-250. Lamenta-se que este autor, profundo conhecedor das fontes manuscritas e impressas, refira a correspondência trocada entre a rainha e os filhos, com a única exceção de Mariana Vitória.

² TORRIONE, DOMERGUE, ESCALERA PÉREZ, MORALES FOLGUERA, GADOW, *Crónica Festiva de dos Reinados en la Gaceta de Madrid*, p. 94.

³ TORRIONE, DOMERGUE, ESCALERA PÉREZ, MORALES FOLGUERA, GADOW, *Crónica Festiva de dos Reinados en la Gaceta de Madrid*, p. 94.

⁴ TORRIONE, DOMERGUE, ESCALERA PÉREZ, MORALES FOLGUERA, GADOW, *Crónica Festiva de dos Reinados en la Gaceta de Madrid*, p. 94.

Entretanto, o embaixador espanhol em Lisboa, Domingo Capecelatro y Caracciolo, marquês de Capecelatro, fez representar, no seu palácio, a comédia *El Imposible Mayor en Amor le vence Amor*, com libreto de José de Cañizares e música composta por Sebastián Durón¹.

Só a 9 de novembro de 1721, aos 3 anos, foi Marianina — diminutivo pelo qual era conhecida em família² — batizada de forma solene na capela real de Madrid pelo nuncio, tendo como padrinho o príncipe das Astúrias, seu irmão³.

Quando nasceu, era a quinta na linha sucessória da Coroa de Espanha, a seguir aos já referidos meios-irmãos Luís, Filipe — que, entretanto, morreu, a 29 de dezembro de 1719 — e Fernando e ao irmão inteiro Carlos. Foi não só a primeira filha do casal real, como também a primeira menina gerada por Filipe V.

Nos anos que se seguiram, Mariana Vitória viu a família aumentar, já que nasceram quatro irmãos: Filipe (15 de março de 1720), Maria Teresa (11 de junho de 1726), Luís (25 de julho de 1727) e Maria Antónia (11 de novembro de 1729). Recorde-se, contudo, que a infanta já se achava em Portugal quando ocorreu o nascimento da irmã mais nova.

Nos primeiros tempos da sua vida, o quotidiano da infanta foi o normal e o esperado, acompanhando os pais nas idas e vindas entre Aranjuez, Escorial e Madrid. Em dezembro e janeiro, a corte estanciava no Real Alcazar de Madrid, a velha residência que Filipe V substituiu depois pelo sumptuoso palácio do Oriente. Em fevereiro, mudava-se para o Bom Retiro. A Páscoa era passada em Aranjuez e o Corpo de Deus em Madrid. No verão, estavam primeiro no Escorial (seis semanas) e depois no Pardo. Em princípios de dezembro, regressavam a Madrid. De 1720 em diante, as estadas no Pardo foram substituídas pelas de Valsaín, onde Filipe V supervisionava as obras do palácio de Santo Ildefonso⁴.

¹ BRITO, 1989, p. 124.

² Os filhos de Filipe V tinham todos diminutivos: Carlos III era *Carletto*, Mariana Vitória, *Marianina*; Filipe, *Totón*; Maria Teresa, *Nica*; Luís, *Amito*; Maria Antónia, *le petit trognon*. Cf. TORRIONE, 2010, p. 35.

³ TORRIONE, DOMERGUE, ESCALERA PÉREZ, MORALES FOLGUERA, GADOW, *Crónica Festiva de dos Reinados en la Gaceta de Madrid*, pp. 100-101.

⁴ KAMEN, 2000, p. 171.